

Pereira de Almeida Pedreira Gomes, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

2 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Agosto de 2007.

13 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Direcção-Geral da Segurança Social

Declaração (extracto) n.º 217/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 4 à inscrição n.º 33/88, a fl. 181 do livro n.º 3 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 2 de Julho de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Associação ATI — Amigos da Terceira Idade;
Sede — Avenida do Dr. Fernando Aroso, 355, Leça da Palmeira, Matosinhos.

20 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611042453

Declaração (extracto) n.º 218/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 18/90, a fls. 105 v.º e 106 do livro n.º 4 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 2 de Julho de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Coutoense;
Sede — freguesia de Couto de Cima, Viseu.

20 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611042454

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Gabinete de Recursos Humanos

Deliberação n.º 1716/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 10 de Novembro de 2006, e por despacho do director-geral de Viação de 6 de Julho de 2007, foi transferido para idêntico lugar do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., o licenciado José Barroso, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, remunerado pelo escalão 1, índice 460, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Agosto de 2007. — A Directora, *Isabel Grilo*.

Deliberação n.º 1717/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 1 de Agosto de 2007, foram Sílvia Maria Galeano dos Santos e Paula Suzana Lopes Craveiro, assistentes administrativas do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., nomeadas na categoria de assistente administrativo principal do mesmo quadro de pessoal, remuneradas pelo escalão 1, índice 222, com efeitos à data da deliberação do con-

selho directivo, considerando-se exoneradas do anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Agosto de 2007. — A Directora, *Isabel Grilo*.

Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, I. P.

Despacho n.º 19 812/2007

De acordo com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção conferida pelo artigo 1.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, são extintos os lugares de chefe de repartição à medida que as leis orgânicas dos serviços operem a reorganização da área administrativa, sendo os respectivos titulares reclassificados na categoria de técnico superior de 1.ª classe.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 27 de Abril, verifica-se o requisito estabelecido naquela disposição legal para que se opere a extinção dos lugares de chefe de repartição previstos no quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, havendo, consequentemente, que reclassificar os respectivos titulares.

Nestes termos:

1 — Os chefes de repartição do quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social António Frederico Guedelha Sardinha e Maria de Lourdes Rei Varandas Augusto Carvalho são reclassificados na categoria de técnico superior de 1.ª classe, sendo posicionados na nova categoria de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

1 de Agosto de 2007. — A Presidente do Conselho de Direcção, *Maria Manuel Godinho*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 813/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de enfermeira-directora do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano a licenciada Sónia Veloso Trevisan, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

13 de Agosto de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Sónia Veloso Trevisan, natural e residente no Porto, concluiu em 1984 o curso de Enfermagem Geral, com a classificação de 14 valores.

Em 1988 completou o curso de Estudos Superiores Especializados em Saúde Mental e Psiquiátrica tendo obtido a nota final de 17 valores.

Em 15 de Janeiro de 1985 iniciou funções no serviço de medicina III — mulheres do Hospital de São João e em 21 de Dezembro de 1987 passou a trabalhar no serviço de neurologia do mesmo Hospital.

De Fevereiro a Dezembro de 1989 passou a trabalhar também no Hospital de Joaquim Urbano tendo tido oportunidade de participar na criação do respectivo serviço de pneumologia e de exercer funções no serviço de doenças infecciosas, enfermagem de mulheres.

Em 5 de Fevereiro de 1990 tomou posse como enfermeira de grau 1, 1.º escalão, trabalhando no serviço de unidade coronária do Hospital de São João, e em 14 de Maio do mesmo ano foi requisitada, por urgente conveniência de serviço, para o Hospital de Joaquim Urbano, acabando por ser transferida e tomar posse no quadro de pessoal deste Hospital em 4 de Julho de 1991.

Nesta data, iniciou funções no serviço de pneumologia onde trabalhou até Fevereiro de 1994, altura em que passou a desempenhar funções no serviço de consulta externa.

Em 22 de Maio de 1996 tomou posse como enfermeira graduada, nível 1, no Hospital de Joaquim Urbano e em 3 de Agosto de 1999

tomou posse como enfermeira especialista em saúde mental e psiquiátrica no mesmo Hospital.

Realizou concurso para a categoria de enfermeiro-chefe em 29 de Agosto de 2002.

Como aspectos relevantes da sua experiência profissional destaca-se:

Responsável do serviço de pneumologia do Hospital de Joaquim Urbano desde Fevereiro de 1989 até ao provimento do lugar para enfermeira-chefe, assumindo essa função nos períodos da sua ausência;

Participação na abertura e organização do Gabinete de Broncologia do Hospital de Joaquim Urbano;

Responsável pela consulta externa e Gabinete de Broncologia desde Fevereiro de 1994 até 26 de Junho de 2000;

Membro da comissão técnica de avaliação do desempenho de enfermagem do Hospital de Joaquim Urbano;

Membro da comissão para a formação em serviço desde Janeiro de 1996;

Membro do júri de vários concursos de ingresso e acesso na carreira de enfermagem;

Membro de comissões de escolha de material de consumo hospitalar;

Membro da comissão de controlo da infecção e da comissão de humanização;

Palestrante em diversas acções de formação;

Interventente no projecto de investigação tuberculose e sida;

Membro da comissão executiva da luta contra a tuberculose da Administração Regional de Saúde do Norte;

Enfermeira-directora do Hospital de Joaquim Urbano.

Despacho n.º 19 814/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de director clínico do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano o Prof. Doutor Rui Manuel do Rosário Sarmiento e Castro, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

13 de Agosto de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Rui Manuel do Rosário Sarmiento e Castro, natural da freguesia de Campanhã, concelho do Porto, concluiu a licenciatura em Medicina na Faculdade de Medicina do Porto em 1980.

É chefe do serviço de doenças infecciosas do Hospital de Joaquim Urbano.

Concluiu, em Novembro de 1999, o mestrado em Saúde Pública da Universidade do Porto.

Concluiu o doutoramento na área de Doenças Infecciosas na Faculdade de Medicina do Porto, em Outubro de 2005.

Foi assessor para a área das doenças transmissíveis do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte.

Faz parte da comissão para a revisão do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose (2006).

É director clínico do Hospital de Joaquim Urbano e responsável pela direcção do serviço de doenças infecciosas deste Hospital.

Coordenação no serviço de doenças infecciosas, entre outros, dos ensaios clínicos: 2NN; TMC114-C213; TMC114-C214; TMC114-C215; SMART; P03685; estudo OSCAR AI 424-223 ST; MK-0518-018; NV18209; CNA106030.

É um dos fundadores da Associação Portuguesa para o Estudo Clínico da sida.

É presidente da direcção da Sociedade Portuguesa de Doenças Infecciosas.

É professor associado convidado na Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho.

Despacho n.º 19 815/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro, o licenciado António Miguel Ventura Pina, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Agosto de 2007.

13 de Agosto de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Informações pessoais:

Nome — António Miguel Ventura Pina.

Nacionalidade — portuguesa.

Data de nascimento — 28 de Outubro de 1975.

Formação académica e profissional:

De 2000 a 2001 — Universidade do Algarve — Faculdade de Economia — Pós Graduação em Finanças Empresariais:

Principais disciplinas/competências profissionais:

Modelos Matemáticos;
Avaliação de Empresas;
Sistemas de Informação;
Fusão e Aquisições;
Mercados Financeiros.

Classificação obtida — 14 valores.

De 1993 a 1997 — Universidade do Algarve — Faculdade de Economia — Licenciatura em Economia:

Principais disciplinas/competências profissionais:

Estratégia e políticas de gestão;
Políticas económicas e empresariais;
Psicossociologia das organizações;
Métodos de investigação nas organizações;
Contabilidade I e II;
Economia Europeia;
Relações económicas internacionais;
Mercados financeiros.

Experiência profissional:

Desde 1 de Julho de 2006 — AMAL — Grande Área Metropolitana do Algarve, 20, Rua do General Humberto Delgado, 8000, Faro, Portugal — sector público — director de projecto municipal equiparado a chefe de serviços no âmbito do Projecto Interreg III-C «Incendi» — trata-se de um projecto com oito regiões europeias na orla mediterrânica onde a problemática dos fogos florestais é acentuada, visando a partilha de experiências e o conhecimento das várias realidades regionais/nacionais promovendo actividades inter-regionais no sentido de se criar uma política comum de prevenção e combate aos fogos florestais; tendo também a gestão de pequenos sub-projectos executados quer por autarquias como Associações de Bombeiros ou Produtores Florestais.

Vereador não executivo no município de Olhão.

De 24 de Outubro de 2005 até à presente data — município de Olhão — vereador sem pelouros.

Desde 10 de Abril de 2000 — AMAL — Grande Área Metropolitana do Algarve, 20, Rua do General Humberto Delgado, 8000, Faro, Portugal — sector público — técnico superior de 2.ª classe:

Membro do Grupo de Trabalho para elaboração de «Estudo de Mobilidade no Algarve». Nomeado pela Secretária de Estado das Obras Públicas com a missão de estudar e analisar a mobilidade no Algarve, propondo posteriormente novas soluções, assentes em estudos técnicos e financeiros, com vista a um sistema integrado de transportes.

Elaboração do projecto «Limpeza das Praias» que consistiu na preparação de um caderno de encargos com os municípios e com os donos de concessões nas praias, estabelecendo obrigações na limpeza dos areais, caminhos e acessos às praias (de acordo com as especificidades de cada praia, inserção ou não em áreas de Parque Natural, afluência média de visitantes, época do ano, etc.) dotando-os para o efeito com equipamentos de recolha e limpeza de R. S. U.

Membro na comissão de acompanhamento do projecto «Limpeza das Praias».

Representante da AMAL nos grupos sectoriais de acompanhamento na elaboração do PROT Algarve. Negociação nos sectores de economia, ambiente e ordenamento, para valorização dos contributos dos municípios perante a CCDR-Alg.

Gestão e Acompanhamento das Medidas 1, 2 e 6 do PROALGARVE. Análise, acompanhamento e pagamento de projectos por parte dos municípios em estradas, piscinas, renovação urbana, ambiente (águas e saneamento).